

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
ATIVO		PASSIVO		
	Nota	2017	2016	
<b>Circulante</b>		2.146.917	2.177.956	
<b>Disponibilidades</b>		4.147,3	258	
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4	188.599	210.499	
Aplicações em operações compromissadas		188.599	210.499	
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	4	539	406	
Cotas de fundo de investimento		539	406	
<b>Operações de crédito</b>	5	1.815.432	1.832.862	
Financiamentos - Setor privado		1.999.630	2.024.836	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(184.198)	(191.974)	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7	8.555	30.772	
Instrumentos financeiros derivativos		8.555	30.772	
<b>Outros créditos</b>	6	124.093	93.347	
Diversos		124.093	93.347	
<b>Outros valores e bens</b>		8.284	9.851	
Bens não de uso próprio		10.585	10.470	
Provisão para desvalorização		(3.462)	(3.808)	
Despesas antecipadas		1.161	3.189	
<b>Realizável a longo prazo</b>		1.608.387	1.615.592	
<b>Operações de crédito</b>	5	1.394.251	1.368.614	
Financiamentos - Setor privado		1.465.511	1.442.636	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(71.260)	(74.022)	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7	7.803	29.198	
Instrumentos financeiros derivativos		7.803	29.198	
<b>Outros créditos</b>	6	213.790	237.299	
Diversos		213.790	237.299	
<b>Outros valores e bens</b>		346	1.876	
Despesas antecipadas		346	1.876	
<b>Permanente</b>		6.172	5.982	
<b>Investimentos</b>		6	6	
Outros investimentos		6	6	
<b>Imobilizado de uso</b>		1.673	2.156	
Outros imobilizações de uso		2.181	2.654	
(Depreciação acumulada)		(508)	(498)	
<b>Imobilizado de uso</b>		-	-	
Gastos de organização e expansão		-	2.126	
(Amortização acumulada)		-	(2.126)	
<b>Intangível</b>		4.493	3.820	
Software		12.016	7.725	
(Amortização acumulada)		(7.523)	(3.905)	
<b>Total do ativo</b>		3.761.534	3.799.569	
<b>Circulante</b>		1.690.032	1.720.754	
<b>Depósitos</b>		1.505.178	1.423.589	
Depósitos interfinanceiros	8	1.473.408	1.402.521	
Depósitos a prazo	9	31.770	21.068	
<b>Recurso de aceites e emissão de títulos</b>		8	-	
Obrigações por emissão de letras financeiras		-	19.485	
<b>Obrigações para empréstimos</b>	10	99.404	177.010	
Obrigações para empréstimos		99.404	177.010	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7	1.492	65	
Instrumentos financeiros derivativos		1.492	65	
<b>Outras obrigações</b>	11	83.959	100.805	
Cobrança e amedidação de tributos e assemelhados		1.560	1.562	
Fiscais e previdenciárias		53.896	61.214	
Diversas		28.502	37.829	
<b>Exigível a longo prazo</b>		1.407.017	1.432.564	
<b>Depósitos</b>		1.098.208	1.112.924	
Depósitos interfinanceiros	8	1.007.429	1.100.886	
Depósitos a prazo	8	90.779	12.038	
<b>Obrigações para empréstimos</b>	10	236.260	263.103	
Obrigações para empréstimos		236.260	263.103	
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7	43.530	42.723	
Instrumentos financeiros derivativos		43.530	42.723	
<b>Outras obrigações</b>	11	29.019	13.814	
Fiscais e previdenciárias		708	-	
Diversas		28.311	13.814	
<b>Resultados de exercícios futuros</b>	13	5.535	7.229	
Recursos de exercícios futuros		5.535	7.229	
<b>Patrimônio líquido</b>	15	658.950	639.022	
Capital social		344.387	344.387	
Reserva de lucros		314.563	294.635	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
SEMESTRES FINDOS EM				
30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Nota	Semestres		
		2017	2016	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		398.629	530.264	
Operações de crédito		388.224	518.567	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		10.405	11.697	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(250.566)	(443.145)	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7c	(16.842)	(146.489)	
Operações de captação no mercado		(148.908)	(155.144)	
Despesas de operações por empréstimos		(7.266)	(37.785)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5e	(77.550)	(103.727)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		148.063	87.119	
<b>Outras receitas(despesas) operacionais</b>		(62.214)	(73.265)	
Receita de prestação de serviços	16	33.789	36.294	
Outras despesas administrativas	17	(70.304)	(83.548)	
Despesas de pessoal		(8.528)	(9.282)	
Despesas tributárias		(19.154)	(9.708)	
Outras receitas operacionais	18	20.915	8.523	
Outras despesas operacionais	19	(18.932)	(15.534)	
<b>Resultado operacional</b>		85.849	13.854	
<b>Resultado não operacional</b>		65	260	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		85.914	14.114	
Imposto de renda	14a	(27.959)	(31.344)	
Contribuição social	14a	(22.456)	(25.170)	
Ativo fiscal diferido		770	58.546	
<b>Lucro líquido do período</b>		36.269	16.146	
<b>Lucro líquido por ação do capital social</b>		1,31	0,59	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
	Semestres			
	2017	2016		
<b>Lucro líquido do período ajustado</b>	168.264	120.861		
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social	85.914	14.114		
Depreciações e amortizações	859	695		
Despesa com provisões contingentes	4.399	689		
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	77.550	103.727		
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	(458)	1.636		
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	(190.919)	(9.360)		
(Aumento)/redução em operações de crédito	(112.248)	(55.184)		
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	3.273	119.084		
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	11.166	15.646		
(Aumento)/redução em outras obrigações	1.980	(1.725)		
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros	(804)	(4.965)		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94.286)	(85.437)		
<b>Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	(22.655)	111.501		
Alienação de imobilizado de uso	85	534		
Aquisição de imobilizado de uso	(656)	(1.669)		
Aplicações no intangível	(484)	(715)		
<b>Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	(1.055)	(1.850)		
Aumento/(redução) em operações por empréstimos	(44.381)	(46.534)		
Aumento/(redução) em depósitos	143.800	28.979		
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos	(6.735)	1.072		
Aumento/(redução) operações compromissadas	-	(4.996)		
Pagamento de dividendos	(50.000)	(50.000)		
<b>Atividades de financiamento - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	42.684	(71.479)		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	18.974	38.172		
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	171.637	172.991		
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	190.611	211.163		
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	18.974	38.172		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
	Capital realizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados
		Legal	Outras	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	344.387	28.391	300.096	672.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.146
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	807	-	(807)
Reservas especiais de lucros	-	-	15.339	(15.339)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	344.387	29.198	265.437	639.022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	344.387	30.881	297.413	672.681
Lucro líquido do semestre	-	-	-	36.269
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	1.813	-	(1.813)
Reservas especiais de lucros	-	-	34.456	(34.456)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	344.387	32.694	281.869	658.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016				
(Em milhares de Reais)				
	Capital realizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados
		Legal	Outras	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	344.387	28.391	300.096	672.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.146
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	807	-	(807)
Reservas especiais de lucros	-	-	15.339	(15.339)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	344.387	29.198	265.437	639.022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	344.387	30.881	297.413	672.681
Lucro líquido do semestre	-	-	-	36.269
Destinações do lucro:				
Reserva legal	-	1.813	-	(1.813)
Reservas especiais de lucros	-	-	34.456	(34.456)
Distribuição de dividendos	-	-	(50.000)	(50.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	344.387	32.694	281.869	658.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012, o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consistem no financiamento de veículos para as concessionárias.

As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 21 de agosto de 2017.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a. Apuração do resultado**  
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.  
**b. Estimativas contábeis**  
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.  
**c. Redução de valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

**d. Ativo circulante e realizável a longo prazo**  
**Caixa e equivalentes de caixa**  
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.  
**Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.  
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.  
As negociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anterior referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5d.  
**Instrumentos financeiros derivativos**  
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:  
Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.  
As operações são custodiadas na CETIP S.A. Mercados Organizados. As operações são avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&FBOVESPA, CETIP S.A. e SISBAECN.  
O Banco utiliza a estrutura de hedge accounting para algumas operações e reduz a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. A efetividade apurada para a categoria de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.  
**Créditos tributários**  
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 para instituições financeiras de acordo com a Lei 13.169/15.

**Ativos contingentes**  
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2017.  
**Despesas antecipadas**  
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.693/13 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.  
**Outros ativos**  
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.  
**e. Ativo permanente**  
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:  
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%, veículos 20%, e demais equipamentos 10%.  
• Intangível representado por software reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.  
**f. Passivo circulante e exigível a longo prazo**  
**Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:  
• Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

a. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017					
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Imposto de renda</b>					
Ações contrárias	1.442	806	584	362	265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.818	12.654	4.260	912	148
Créditos baixados - Prejuízo	9.039	22.263	24.871	28.168	24.603
Desvalorização - Bens não de uso próprio	866	-	-	-	-
Ações trabalhistas	1.869	126	103	269	498
Gravames	-	133	-	-	-
Outras adições	1.322	64	-	-	-
	<u>60.356</u>	<u>36.046</u>	<u>29.818</u>	<u>29.711</u>	<u>25.514</u>
	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
					<b>Total</b>
<b>Imposto de renda</b>					
Ações contrárias	163	150	110	79	24
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64	10	-	-	-
Créditos baixados - Prejuízo	-	-	-	-	108.944
Desvalorização - Bens não de uso próprio	-	-	-	-	866
Ações trabalhistas	162	-	-	-	3.027
Gravames	-	-	-	-	133
Outras adições	-	-	-	-	1.386
	<u>389</u>	<u>160</u>	<u>110</u>	<u>79</u>	<u>24</u>
	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
					<b>Total</b>
<b>Contribuição social</b>					
Ações contrárias	1.154	645	350	217	159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.654	10.123	2.556	547	89
Créditos baixados - Prejuízo	7.231	17.810	14.922	16.901	14.762
Desvalorização - Bens não de uso próprio	692	-	-	-	-
Ações trabalhistas	1.495	101	62	162	239
Gravames	-	107	-	-	-
Outras adições	1.058	51	-	-	-
	<u>48.284</u>	<u>28.837</u>	<u>17.890</u>	<u>17.827</u>	<u>15.309</u>
	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
					<b>Total</b>
<b>Contribuição social</b>					
Ações contrárias	98	90	66	48	14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	5	-	-	-
Créditos baixados - Prejuízo	-	-	-	-	71.626
Desvalorização - Bens não de uso próprio	-	-	-	-	692
Ações trabalhistas	97	-	-	-	2.216
Gravames	-	-	-	-	107
Outras adições	-	-	-	-	1.109
	<u>233</u>	<u>95</u>	<u>66</u>	<u>48</u>	<u>14</u>
	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
					<b>Total</b>

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 257.649 em 30 de junho de 2017 (R\$ 249.499 em 30 de junho de 2016), considerando-se a taxa Selic de 10,25% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2017 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de: 34,95% no ano de 2017, 20,88% no ano de 2018; 15,35% no ano de 2019, 15,29% no ano de 2020, 13,13% no ano de 2021, 0,39% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revisadas anualmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital Social**  
Em 30 de junho de 2017, o capital social é de R\$ 344.387 (R\$ 344.387 em 30 de junho de 2016), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

**b. Reserva legal**  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitada a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

**c. Dividendos**  
Na Reunião de Diretoria realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, foi autorizada a distribuição dos dividendos provenientes da Reserva Especial de Lucros do exercício de 2013 e 2014, no montante de R\$ 50.000 para a acionista Honda South America Ltda, o valor foi distribuído em 28 de março de 2017.

16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		2017	2016
Rendas de cobrança		-	10.347
Rendas de serviços prioritários - Pessoa física		33.536	25.763
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica		253	174
		<u>33.789</u>	<u>36.284</u>
<b>17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>			
		<b>2017</b>	<b>2016</b>
Serviços de terceiros (i)		19.754	32.665
Despesa de comissão (ii)		23.298	20.935
Serviços técnicos especializados		7.704	5.659
Despesa de cartório		2.716	2.378
Despesa de serviços do sistema financeiro		2.328	2.476
Despesa de processamento de dados		2.579	1.730
Despesa de promoções e relações		223	2
Despesa com viagem		886	676
Campanha de vendas		3.975	8.901
Outras despesas administrativas		6.841	7.926
		<u>70.304</u>	<u>83.548</u>

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2017	2016
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 12a)		5.022	5.792
Reversão de provisões diversas		6.262	-
Reversão de desvalorização de bens não de uso próprio - BNDU		2.550	1.193
Reembolso de despesa bens não de uso próprio - BNDU		3.051	1.432
Outras		4.030	106
		<u>20.915</u>	<u>8.523</u>

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		2017	2016
Provisão para contingências		9.403	6.459
Desvalorização de bens não de uso próprio - BNDU		2.093	2.829
Desconto concedido		1.138	1.026
Indenização ações contrárias		941	1.744
Despesas com despachante		2.806	1.610
Campanha de cobrança		1.956	1.673
Outras		735	193
		<u>18.932</u>	<u>15.534</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		1º Semestre			
		2017		2016	
		Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
<b>Honda Automóveis do Brasil Ltda.</b>					
Valores recebidos antecipadamente		(2)	3.044	(228)	5.377
<b>Moto Honda da Amazônia Ltda.</b>					
Valores a receber		183	-	-	-
Valores recebidos antecipadamente		(1.133)	868	(105)	664
Aluguel de imóvel		(10)	(60)	(9)	(55)
Outras despesas		(103)	(206)	(26)	(177)
<b>Honda Serviços Ltda.</b>					
Prestação de serviços de assessoria administrativa		(2.946)	(8.523)	(3.286)	(12.342)
Valores a receber - Repasse		-	-	-	1
<b>Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.</b>					
Aluguel de móveis e equipamentos		-	(850)	-	(635)
Depósitos a prazo		(80.540)	(4.132)	-	-
Valores a receber		-	(6)	-	(6)
<b>Honda Leasing</b>					
Depósitos interfinanceiros		(18.422)	(995)	-	-

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os seguintes mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2017, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2017.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

#### 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a. Fundo de pensão**  
O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2017 somaram R\$ 58 (R\$ 65 no decorrer do 1º semestre de 2016), contabilizadas na rubrica de despesa com pessoal.

**b. Limite operacional**  
Em 30 de junho de 2017, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,29% (22,58% em 30 de junho de 2016, conforme legislação vigente à época).

#### c. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11, 3.380/06, e 4.327/14, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco.

#### Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza modelos internos para calcular a probabilidade *default* de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

**Gerenciamento de risco de mercado e liquidez**  
O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, o Banco utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

#### Gerenciamento de risco de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

#### Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhas ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

#### Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

#### d. Covenants

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A, Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em maio/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

#### A DIRETORIA

#### ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do Banco Honda S.A. São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco Honda continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Honda ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017

**KPMG** Auditores Independentes  
CRC ZSP014428/O-6

**Giuseppe Masi**  
Contador CRC 1SP176273/O-7

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)				
ATIVO		PASSIVO		
	Nota	2017	2016	
<b>Circulante</b>		19.499	17.889	<b>Circulante</b>
<b>Disponibilidades</b>		305	94	Outras obrigações
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4	18.422	17.739	Fiscais e previdenciárias
Aplicações interfinanceiras de liquidez		18.422	17.739	Diversas
<b>Outros créditos</b>	7	772	56	<b>Exigível a longo prazo</b>
Diversos		772	56	Outras obrigações
<b>Realizável a longo prazo</b>		331	1.051	Diversas
<b>Outros créditos</b>	7	331	1.051	<b>Patrimônio líquido</b>
Diversos		331	1.051	Capital
<b>Permanente</b>		483	507	De domiciliados no País
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	6	483	507	Reserva de lucros
Bens arrendados		1.399	1.467	
Depreciação acumulada		(916)	(960)	
<b>Total do ativo</b>		<u>20.313</u>	<u>19.447</u>	<b>Total do passivo</b>
				<u>20.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		995	1.178
Operações de arrendamento mercantil		-	43
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		995	1.135
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		-	(43)
Operações de arrendamento mercantil		-	(43)

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

##### a. Movimentação dos processos

	Dezembro de 2016		Semestre 2017	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo final
Provisão para contingências civis (i).....	34	31	-	65
Provisão para contingências tributárias (ii).....	111	-	-	111
Saldos em 30 de junho de 2017.....	145	31	-	176

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de arrendamento, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.  
(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA.  
A Sociedade não possui outros processos judiciais cujos riscos de perda tenham sido classificados como passíveis pelos seus assessores jurídicos.

##### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	648	648	562	562
<b>Adições temporárias:</b>				
Insuficiência de depreciação.....	-	-	43	-
Provisão para contingências.....	31	31	-	-
Cadin - IPVA.....	29	29	52	52
<b>Exclusões temporárias:</b>				
Reversão de contingências civis.....	-	-	(3)	(3)
Recuperação de crédito baixado c/prejuízo.....	-	-	(18)	(18)
Cadin - IPVA.....	(3)	(3)	(2)	(2)
Outros.....	-	-	(54)	(54)
Lucro Líquido acum. antes do IRPJ.....	705	705	580	537
Compensação prejuízo fiscal períodos anteriores.....	(212)	-	(174)	-
Valor-base para tributação.....	494	705	406	537
Alíquota-base.....	74	141	61	107
Adicional 10%.....	37	-	28	-
Despesa de IRPJ e CSLL correntes no semestre.....	111	141	89	107

##### b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL corrente devidos no semestre.....	111	141	89	107
Constituição de IR diferido - Superveniência de depreciação.....	-	-	(10)	-
Imposto de renda e contribuição social.....	111	141	79	107
Realização de crédito tributário.....	(7)	(6)	18	15
Total de imposto de renda e contribuição social.....	104	135	97	122

##### c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão para contingências fiscais.....	111	111	111	111
Provisão para contingências civis.....	65	23	65	23
Crédito baixado c/prejuízo.....	686	706	686	706
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	867	904	867	904
Total das diferenças temporárias.....	1.729	1.744	1.729	1.744
Crédito tributário - Imposto de renda.....	432	436	432	436
Crédito tributário - CSLL.....	344	347	344	347
Outros créditos - Diversos.....	776	783	776	783

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados, na rubrica "Outros créditos - Diversos" - No circulante e realizável a longo prazo.

##### d. Natureza e origem dos créditos tributários.

Natureza e origem dos créditos tributários	Saldo em 31/12/2016		Realização		Saldo em 30/06/2017	
	2016	2015	2016	2015	2017	2016
Ações contrárias.....	28	-	-	-	-	28
Provisão para contingências fiscais.....	3	13	-	-	-	16
Provisão para contingências civis.....	159	7	5	-	-	171
Crédito baixado como prejuízo.....	201	11	5	-	-	217
Outros.....	391	31	10	-	-	432

##### e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017.

	Primeiros cinco anos					Total
	2017	2016	2015	2014	2013	
<b>Imposto de renda</b>						
Adições temporárias:						
Ações contrárias.....	28	-	-	-	-	28
Provisão para contingências fiscais.....	3	13	-	-	-	16
Provisão para contingências civis.....	159	7	5	-	-	171
Crédito baixado como prejuízo.....	201	11	5	-	-	217
Outros.....	391	31	10	-	-	432

##### Contribuição social

Natureza e origem dos créditos tributários	Saldo em 31/12/2016		Realização		Saldo em 30/06/2017	
	2016	2015	2016	2015	2017	2016
Adições temporárias:						
Provisão para contingências fiscais.....	23	-	-	-	-	23
Provisão para contingências civis.....	2	11	-	-	-	13
Crédito baixado como prejuízo.....	128	5	3	-	-	136
Outros.....	160	9	3	-	-	172
Total de créditos tributários em 30 de junho de 2016.....	313	25	6	-	-	344
Outros.....	704	56	16	-	-	776

##### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País.

Reserva Legal  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços de terceiros.....	66	296
Despesa de processamento de dados.....	56	79
Outras despesas administrativas.....	35	40
Despesa de publicação.....	37	34
Serviços sistema financeiro.....	43	28
	237	477

##### 13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Reversão de provisões ações contrárias.....	-	3
Recuperação de crédito baixado prejuízo.....	-	11
Outras receitas operacionais.....	2	2
	2	16

##### 14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Provisão para contingências.....	31	-
Outras despesas operacionais.....	-	1
	31	1

##### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da empresa é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Honda Serviços Ltda.</b>				
Prestação de serviços de assessoria administrativa.....	-	-	(71)	(268)
<b>Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.</b>				
Aluguel de móveis e equipamentos.....	-	(30)	-	(22)
<b>Banco Honda S/A</b>				
Depósito interfinanceiro de liquidez.....	18.422	995	-	-

##### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2017 e de 2016 a Sociedade não possui saldos de instrumentos financeiros derivativos, cuja divulgação seja requerida nos termos das normas e instruções do BACEN.

##### 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos:

##### Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

##### Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

O gerenciamento de risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição a uma carteira de valores de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

##### Gestão de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de obter capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

A instituição utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

##### Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

##### Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

#### A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista da  
**Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil** - São Caetano do Sul - SP

**Opinião com ressalva**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**  
A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das distorções significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017

**Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Giuseppe Masi**  
Contador CRC 1SP176273/O-7

# Banco Honda

Ao longo dos 17 anos de história, realizamos sonhos e transformamos a vida de mais de 1 milhão de clientes.

Financie com quem mais entende de Honda.

O Banco nº 1  
na rede Honda

1 milhão  
de veículos financiados



Vá até uma concessionária Honda e confira nossas condições.

[www.bancohonda.com.br](http://www.bancohonda.com.br)